

AGENTES CULTURAIS E PÚBLICOS PARA A CULTURA: Alguns casos ilustrativos de uma difícil relação

Augusto Santos Silva⁽¹⁾

Elisa Perez Babo⁽²⁾

Helena Santos⁽³⁾

Paula Guerra⁽⁴⁾

1. OFERTA E PROCURA, AGENTES CULTURAIS E PÚBLICOS, EM CIDADES DE PEQUENA E MÉDIA DIMENSÃO

A utilização dos conceitos de oferta e procura para dar conta das modalidades do encontro entre obras e criadores ou produtores culturais, de um lado, e os respectivos consumidores, do outro, só é parcialmente apropriada. O mercado está longe de ser o único quadro institucional relevante. As dinâmicas de ajustamento não são inteiramente subsumíveis na lógica geral de formação dos preços, em função de custos e benefícios alternativos. E algumas variáveis determinantes actuam «antes» do ponto em que os modelos convencionais de oferta e procura costumam principiar: a disposição estruturante ao consumo cultural tem mais a ver com longos e subtis processos de educação, familiarização, formação do gosto e juízo estético, do que com as escolhas estandardizadas do utilitarismo. Analogamente, os consumidores não representam apenas, aqui como noutros campos, um objecto de disputa na concorrência entre empreendedores; eles competem também entre si, por formas de integração e diferenciação ou distinção, nas quais são secundários os elementos estritamente económicos.

Não obstante, seria imprudente afastar, sem mais, os condicionalismos mercantis e recusar a utilização alargada e quase metafórica dos conceitos, na

⁽¹⁾ Sociólogo, Faculdade de Economia do Porto.

⁽²⁾ Economista, Quaternaire-Portugal.

⁽³⁾ Socióloga, Faculdade de Economia do Porto.

⁽⁴⁾ Socióloga, Faculdade de Letras do Porto.

investigação da cultura. Oferta e procura conotam também os movimentos convergentes em torno de um certo conjunto de bens e serviços, de que dependem a difusão e a valorização social destes; e sublinham quanto baste os riscos de distorção, desencontro e hegemonização, inerentes à relação entre os diferentes actores interessados. Sabemos que, em matéria de cultura, a oferta deve designar uma rede diversificada de condições e promotores, incluindo equipamentos, serviços estruturantes, criadores, produtores, mecenas, agências de regulação pública, distribuidores e difusores, etc.; e que os públicos não estão necessariamente sempre constituídos como procuras. Porém, os mecanismos de realização de mercados, de conversão de procuras virtuais em procuras efectivas (e de públicos em consumidores), assim como as formas da concorrência na oferta, a monopolização ou a oligopolização dos mercados, o tipo e os efeitos da intervenção estatal, e por aí adiante, não podem ser descurados, se queremos avançar consistentemente na compreensão dos processos culturais.

O nosso artigo vai concentrar-se sobre este nó de problemas: a complexa relação entre ofertas e procuras culturais, e entre criadores/produtores culturais e respectivos públicos – duas maneiras não inteiramente coincidentes de conceptualizar, cujo balanceamento recíproco poderemos aproveitar. Proporemos trilhos para percorrer um território denso e pouco transitado, usando alguma informação empírica, que recolhemos a outro nível do nosso trabalho profissional – quando constituímos equipa, de 1993 a 1995, para identificar «dinâmicas culturais urbanas» nas cidades de Braga, Bragança, Chaves, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, no âmbito da elaboração de um estudo estratégico⁽⁵⁾. O recurso a essa informação persegue fins de ilustração, e não de corroboração de afirmações. Aliás, procederemos, dada a incipiência da nossa própria investigação nestes domínios, por sinalização de problemas e exemplificação de situações – realmente observáveis. Faremos perguntas, à espera de respostas.

⁽⁵⁾ O Estudo Estratégico das Cidades do Eixo Atlântico, rede de cidades do Norte de Portugal e da Galiza, foi realizado pelas empresas Planum, Assessorias e Projectos, e Oficina de Planeamento. Salvo indicação em contrário, a informação empírica reporta-se aos primeiros meses de 1994. Combinámos, sobretudo, quatro tipos de material: os dados, muitas vezes avulsos, fornecidos pelas entidades promotoras das iniciativas estudadas, assim como documentos de apresentação, programação ou avaliação dimanados também delas; os dados recolhidos por inquérito postal, dirigido em 1994 aos museus, bibliotecas, salas de espectáculos, galerias de arte, livrarias, jornais e rádios locais; os resultados de entrevistas realizadas, entre Maio de 1993 e Abril de 1994, a cerca de meia centena de protagonistas e agentes culturais, educativos e políticos das seis cidades; e a informação obtida através da consulta sistemática de imprensa nacional. A mesma base de observação foi utilizada e alguns dados citados, numa discussão sobre políticas culturais municipais, por A. Santos Silva, 1995.

2. MUDANÇAS RECENTES E POTENCIALIDADES

Definamos, provisoriamente, um inventário de potencialidades. Quem considera a evolução recente de cidades como as referidas não pode deixar de notar quatro tendências prometedoras: na evolução demográfica; na composição social da população; na instalação de equipamentos e serviços avançados; e nos modos de lazer e consumo.

Entre 1981 e 91, a população portuguesa praticamente estacionou. O Porto viu diminuir o número dos seus residentes, mas aumentar o da sua Área Metropolitana. Braga subiu fortemente, aproximando-se do limiar dos 100 000 habitantes. E todas as outras cidades crescem, mesmo quando os respectivos concelhos sofrem perdas (Quadro 1).

QUADRO 1
Evolução da População residente, por concelho e por cidade, 1981-1991

	1981		1991		Variação 81-91 (%)	
	Concelho	Cidade	Concelho	Cidade	Concelho	Cidade
Porto	327 368	327 368	302 472	302 472	-7,6	-7,6
Braga	125 472	75 391	141 256	88 533	+12,6	+17,4
V. Castelo	81 009	30 166	83 095	33 447	+2,6	+10,8
V. Real	47 020	17 085	46 300	18 182	-1,5	+6,4
Chaves	45 883	11 002	40 940	11 453	-10,8	+4,1
Bragança	35 380	15 591	33 055	17 871	-6,6	+14,6

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991. Cálculos da Comissão de Coordenação da Região do Norte⁽⁶⁾.

Para lá deste aumento demográfico global, que favorece a posição das cidades, vai-se alterando a composição social das populações urbanas – no sentido do reforço dos grupos sócio-económicos onde são, em regra, maiores a dotação em capital escolar e a procura de bens culturais. Mesmo que, para algumas localidades, os valores absolutos sejam ainda diminutos, o facto é que, entre os dois anos censitários, houve uma inegável variação positiva, quer em termos da sua evolução quer do seu peso relativo no universo dos activos (Quadro 2).

⁽⁶⁾ A delimitação da área física das cidades é uma questão controversa em Portugal, pelo que os valores indicados devem ser lidos com cuidado (para cálculos diferentes, cfr. T. B. Salgueiro, 1992: 429-431). A delimitação usada neste ensaio, para tornar comparáveis os números de 1981 e 91, faz corresponder a cidade de Braga às freguesias de Cividade, Dume, Ferreiros, Fraião, Frossos, Gualtar, Lamações, Lomar, Maxíminos, Nogueira, Nogueiró, Palmeira, Real, S. João do Souto, S. Lázaro, S. Vicente, S. Vítor, Sé e Tenões; Viana do Castelo às freguesias de Areosa, Darque, Meadela, Monserrate e Sta. Maria Maior; Vila Real às freguesias de Arroios, Lordelo, Mateus, N. Sra. Conceição, S. Dinis e S. Pedro; Chaves às freguesias de Sta. Maria Maior e Madalena; e Bragança às freguesias de Castro de Avelãs, Gostel, Samil, Sta. Maria e Sé. No Porto, cidade e concelho coincidem.

QUADRO 2
Evolução de alguns grupos Sócio-Económicos, entre 1981 e 1991, nos Concelhos

Cidades:	PORTO			BRAGA			VIANA DO CASTELO		
	1981	1991	Var.	1981	1991	Var.	1981	1991	Var.
	V.A. %	V.A. %	(%)	V.A. %	V.A. %	(%)	V.A. %	V.A. %	(%)
6. Profissionais liberais/similares, patrões ou trabalhadores p.e.p.	2140 1,5	4814 3,4	125,0	332 0,7	1013 1,5	205,1	137 0,5	374 1,0	173
11. Quadros técnicos, científicos, de ensino e similares	19558 14,0	26485 18,4	35,4	4627 9,6	9088 13,5	96,4	1892 6,5	3599 9,9	90,2
12. Pessoal de enquadramento dos serv., com., admin. e admin. públ.	2001 1,4	2595 1,8	29,7	261 0,5	458 0,7	75,5	87 0,3	202 0,6	132,2
Total parcial	23699 16,9	33894 23,6	43,0	5220 10,8	10559 15,7	102,3	2116 7,3	4175 11,5	97,3
TOTAL	140166	143624	2,5	48422	67361	39,1	29018	36205	24,8
Cidades:	VILA REAL			CHAVES			BRAGANÇA		
	1981	1991	Var.	1981	1991	Var.	1981	1991	Var.
	V.A. %	V.A. %	(%)	V.A. %	V.A. %	(%)	V.A. %	V.A. %	(%)
6. Profissionais liberais/similares, patrões ou trabalhadores p.e.p.	86 0,5	193 1,1	124,4	93 0,7	162 1,1	74,2	49 0,5	117 1,0	138,8
11. Quadros técnicos, científicos, de ensino e similares	1461 9,3	2533 14,1	73,4	896 6,3	1657 11,2	84,9	1104 10,4	1858 15,1	68,3
12. Pessoal de enquadramento dos serv., com., admin. e admin. públ.	45 0,3	150 0,8	23,3	44 0,3	72 0,5	63,6	81 0,8	125 1,0	54,3
Total parcial	1592 10,1	2876 16,0	80,7	1033 7,3	1891 12,8	83,1	1234 11,6	2100 17,1	70,2
TOTAL	15756	17944	13,9	14130	14734	4,3	10665	12307	15,4

População activa a exercer profissão, segundo o sexo, a profissão e a situação na profissão, por concelho, *Recenseamento Geral da População*, 1981; População com 12 e mais anos, a exercer profissão, segundo a idade, o sexo e o grupo sócio-económico, por concelho, *Recenseamento Geral da População*, 1991
 Construção dos grupos sócio-económicos de 1981: XII Recenseamento Geral da População; II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. *Anteciparções, Metodologia e Concretizações*. Lisboa, INE, 1984. Comparabilidade 1981-1991: Pedro Lima, António Pedro Dóres, António Firmino da Costa. «Classificação de profissões nos Censos de 91», *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, 1991, pp. 43-66 (Quadro 3, p. 55).

No domínio dos equipamentos e serviços disponíveis, a grande mudança dos anos 80 diz respeito à implantação de instituições de ensino superior. O Porto é um centro universitário tradicional; mas a Universidade do Minho, localizada em Braga e Guimarães, só foi fundada em 1973; a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (U.T.A.D.), sediada em Vila Real, e os Institutos Politécnicos de Viana do Castelo e Bragança só começaram a funcionar efectivamente durante a década de 80. Quanto a Chaves, passa a dispor, na passagem da década de 80 para a de 90, de um pólo da U.T.A.D. O grande crescimento do ensino particular e cooperativo, quer politécnico quer universitário, teve também efeitos no Porto, Chaves e Bragança.

Considerando os anos lectivos de 1988/89 e 1991/92, sobre os quais se dispõe de informação comparável, notaremos as elevadas taxas de crescimento do número de estudantes inscritos no conjunto dos estabelecimentos do ensino superior – sobretudo nas cidades que partiam de valores absolutos mais baixos (Quadro 3). Algumas instituições dispõem de uma evidente massa crítica: em 91-92, a Universidade do Porto albergava uns 17 milhares de alunos, a Universidade do Minho 7 milhares, o Instituto Politécnico do Porto 6, a Universidade Portucalense e a U.T.A.D. quase 4, a Universidade Lusíada 3, o Centro Regional do Porto da Universidade Católica 2. Como se verifica pelo Quadro 3, o peso dos estudantes do superior na população das cidades e respectivos concelhos começa a ser significativo.

A evolução deste segmento do sistema educativo é a face mais notória de um processo mais amplo de relativo avanço do terciário minimamente qualificado. A ela deveria acrescentar-se, pelo menos, o reforço da frequência do ensino secundário, os efeitos locais da desconcentração de certos serviços da administração pública e a implantação de serviços sociais públicos, em matéria, por exemplo, do sistema de saúde, e de serviços de apoio à actividade económica, designadamente de natureza financeira (bancos, seguros, etc.).

As mudanças que ocorrem nas oportunidades e nas práticas de lazer e consumo não são dissociáveis deste processo. Interessa-nos relevar, particularmente, o que, no sentido geral de tais mudanças, aponta para o desenvolvimento de uma «cultura de consumo» urbana, aqui e ali salpicada de um clima pós-moderno.

Referimo-nos ao surgimento, nuns casos, e à disseminação, noutros, de estabelecimentos comerciais e serviços que configuram uma oferta de lazeres ligados à convivialidade e ao audiovisual: bares, discotecas, clubes de vídeo. O seu público é marcadamente juvenil e o seu registo seria, se adoptássemos uma classificação tradicional, mais lúdico do que cultural; mas acaba por questionar essa mesma classificação. A música, o espectáculo, a dança, a diversão nocturna, a moda, os adereços, as «tribos» e grupos de pares, tudo isso tende a configurar um modelo de conduta, afirmação de identidades pessoais e grupais,

QUADRO 3
Relação entre o número de alunos inscritos no Ensino Superior e a população residente nas cidades e concelhos respectivos

Cidades	Número total de alunos inscritos em 1988/89	Número total de alunos inscritos em 1991/92	População entre os 15-24 anos residente no concelho, 1991	Relação entre alunos inscritos no ens. sup. e pop. entre os 15-24 anos resid. no conc. (%)	Relação entre alunos inscritos no ens. sup. e pop. res. na cidade, 1991 (%)
Porto*	26 413	40 473	49 947	64,2	13,4
Braga*	2 285	8 488	27 483	12,8	9,6
V. Castelo	338	828	13 859	5,0	2,5
V. Real	2 311	3 863	8 425	40,8	21,2
Chaves	0	365	6 626	3,9	3,2
Bragança	429	1 540	5 279	24,4	8,6

Fontes: M. E., DGES, Divisão de Estudos – 1992, *Alunos Inscritos no Ensino Superior, Anos Lectivos 1988/89, 1989/90 e 1990/91, Cursos de Bacharelato e Licenciatura e Ensino Superior, Alunos Inscritos Cursos de Licenciatura, Bacharelato e Idêntico Nível, Anos Lectivos 1888/89 a 1991/92*. Encontram-se no Quadro 1 os dados relativos à população das cidades.

* Elementos sobre a Universidade Católica não disponíveis para 1988/89.

encenação pública e apropriação/transformação do espaço urbano, que é uma relativa novidade nas cidades de província e altera significativamente a imagem de cidades como Braga, Vila Real, Chaves ou Bragança.

Bragança constitui, aliás, um caso que vale a pena sublinhar. Segundo os dados que nos foram facultados pela direcção do Instituto Politécnico, a sua população discente aumentou 15 vezes, entre 1986-87, o ano de arranque das actividades lectivas, e 1993-94. Na última data, o número de docentes ascendia a 135, 21% dos quais eram mestres e 4% doutorados. As autoridades estimavam que as proporções de estudantes originários ou não do distrito se equivaliam. Gerou-se, portanto, um fluxo importante de gente jovem, cuja integração terá sido facilitada, porque existia oferta local de habitação e porque a cidade dispunha já de uma forte tradição académica, associada ao facto de ter, durante muito tempo, concentrado os equipamentos escolares distritais de nível secundário. Em contrapartida, para lá dos efeitos eventualmente negativos sobre a satisfação de procuras locais de formação superior, este fluxo não deixa de ser marcado por fortes restrições temporais, operando quase exclusivamente em período escolar, com as consequentes disparidades entre dias úteis e fins-de-semana e entre períodos lectivos e férias escolares.

Numa apreciação global, pode dizer-se que o Instituto veio modificar qualitativamente o tecido social local. Motivou a construção de importantes equipamentos públicos, numa cidade deles tão carenciada. Abriu novas oportunida-

des de qualificação a actores locais, de que o sinal mais claro terá sido a procura de cursos de formação pós-inicial por parte de professores do ensino básico. Favoreceu vias de expansão a serviços citadinos, desde os mais culturais e técnicos (comércio livreiro, por exemplo), aos de natureza mais logística e material (mercado da habitação, por exemplo).

Formas de animação urbana enraizadas na cidade, em virtude, entre outros factores, da sua tradição escolar, foram desenvolvidas na sequência da instalação da nova população estudantil e docente. Vários informadores entrevistados coincidiram na sugestão de que, mais do que concretização de novas formas, houve aumento da dimensão dessa animação pública estruturada pelo consumo o lazer e a convivialidade. Alunos e professores participam activamente na «movida» local polarizada por cafés, bares e discotecas, quer através do consumo, quer da promoção, gestão e animação de tais espaços de interacção e expressão pública nocturna, vinculada à música e ao lazer modernos.

3. OS AMBIENTES CULTURAIS

A importância do enquadramento social e cultural na formação dos mercados de bens e serviços é reconhecida. Por maioria de razão, parece crucial, para o entendimento das dinâmicas culturais urbanas a caracterização dos factores sociais envolventes e estruturantes das disposições e das práticas de consumo e produção cultural. O ambiente assim constituído facilita ou trava o volume de procuras e de ofertas, beneficia ou prejudica os ajustamentos recíprocos de umas e outras, e condiciona decisivamente as modalidades de recepção e consumo e, portanto, os respectivos níveis e padrões. Não basta, pois, inventariar potencialidades, identificando avanços virtuais: é indispensável ventilá-las pelos contextos sociais.

A nossa hipótese presente é sondar pelo menos estes planos de caracterização: a dotação em equipamentos; a dotação em serviços culturais básicos e estruturantes; a dotação em serviços económicos e sociais directa ou indirectamente articulados ao campo da cultura e do lazer; a presença ou ausência de protagonistas e empreendedores de iniciativas culturais; a dimensão e visibilidade supralocal das iniciativas e acontecimentos realizados. Como as escalas do Porto e das restantes cidades aqui retidas como ilustração empírica são muito diferentes, concentrar-nos-emos nas últimas, fazendo do Porto, quando pertinente, um termo de comparação.

3.1. Basta uma consulta rápida às estatísticas oficiais para perceber que a situação é marcada por duas assimetrias principais. A primeira é de escala nacional e traduz-se na subalternidade do País face a Lisboa. A segunda é de

escala regional e traduz-se na subalternidade do conjunto do Norte para com o Porto. Luísa Schmidt (1993) mostrou recentemente a debilidade dos distritos que agora nos interessam, face aos de Lisboa e Porto, em recursos e equipamentos tais como museus, bibliotecas, editores e livreiros, jornais e outras publicações periódicas, sessões de cinema, outros espectáculos públicos, recintos para espectáculos.

Viana do Castelo e Chaves dispõem de bibliotecas municipais. Em Bragança e Vila Real, a biblioteca estava integrada no arquivo distrital e dependia, à data do estudo (1994), dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Em Braga, a biblioteca foi incorporada na Universidade do Minho, determinando, com outras «Unidades Culturais» como a Casa-Museu Nogueira da Silva e o Arquivo Distrital, uma destacada presença da Universidade na vida cultural local.

Às autarquias respectivas pertencem também os museus de Chaves e de Viana do Castelo. O do Abade de Baçal, em Bragança, e o dos Biscainhos, em Braga, dependem do Instituto Português dos Museus. Vila Real não possuía nenhum museu aberto.

Numa conjuntura marcada pela crise dos grandes equipamentos privados, cinemas, teatros e cine-teatros, e pela tentação dos grandes negócios imobiliários, tem sido preocupação central das câmaras municipais e da administração central conseguir manter em funcionamento equipamentos básicos. Na generalidade dos casos, isso implicou a compra e remodelação de edifícios em risco de desaparecimento, envolvendo um enorme esforço financeiro. Mas é praticamente em resultado desta opção que Braga, Viana do Castelo e Bragança possuem equipamentos. Vila Real e Chaves, do seu lado, estão ainda muito despojadas.

Já depois de concluído o nosso estudo, o Porto e Braga assistiram à abertura de novas salas de cinema, normalmente de pequena dimensão e integradas em centros comerciais. Há aí uma sensibilidade da oferta comercial ao andamento e às potencialidades da procura de lazer e entretenimento. Os dois cinemas comerciais de Vila Real e Bragança que responderam ao inquérito postal de 1994, indicando números de sessões e espectadores para 1992 e 93, comunicavam, porém, somas anuais de bilhetes vendidos entre os 20.000 e os 40.000, o que daria, de acordo com o número de sessões indicadas, taxas de ocupação relativamente baixas (perto de 70 bilhetes vendidos por sessão, para Vila Real, e entre 28 e 40, para Bragança, visto que nos foram enviadas duas estimativas distintas).

3.2. Entretanto, evitaremos uma aproximação analítica demasiado centrada sobre os equipamentos físicos e sobre os valores mais directamente relacionados com frequências de espectáculos. A presença de equipamentos de dimensão relevante (a qual varia, evidentemente, com o contexto e a vocação) e de

utilização multifuncional, que sejam relativamente acessíveis quer aos promotores e criadores quer ao público, é uma condição decisiva para a sustentação de um ambiente social favorável ao desenvolvimento das actividades culturais. Mas um equipamento é também um serviço; e, especificamente, uma biblioteca, um museu, um auditório ou sala de espectáculos vinculados à lógica do interesse público são em si mesmos serviços básicos e estruturantes. São serviços pelo que realizam regularmente, pelo tipo de uso do espaço, dos fundos, das colecções, etc., que guardam e difundem. São serviços básicos, no sentido em que nenhuma promoção cultural de agentes especializados e populações comuns parece possível sem eles. São estruturantes, na medida em que permitem desenvolver competências e disposições culturais que constituem o factor mais operativo de um crescimento sustentável de oferta e procura de cultura.

Do inquérito postal já referido ficámos com uma ideia relativamente clara da situação das bibliotecas públicas. Podemos citar, como termo de comparação, os cerca de 1.200 mil volumes que constituem o fundo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, os 115.242 leitores presenciais e os 2.555 leitores domiciliários registados em 1993. A Biblioteca Pública de Braga distingue-se claramente das restantes: 510 mil monografias e 20 mil periódicos de fundo; hemeroteca, videoteca, secção infanto-juvenil; 7.569 monografias adquiridas⁽⁷⁾ em 1993; 35 mil leitores no mesmo ano; edição de publicações; iniciativas de animação como a «Hora do conto», ou os ciclos «Um escritor apresenta-se» e «Os meus livros inesquecíveis».

É outra a escala das restantes bibliotecas, mesmo assim diferentes entre si. A de Viana dispõe também de hemeroteca, videoteca, secção infanto-juvenil; a de Chaves dispõe de secção infanto-juvenil. E ambas praticam o empréstimo domiciliário. Mas Bragança só faculta o último serviço, e Vila Real nem esse. Quanto aos leitores, os números indicados pelos responsáveis das bibliotecas, referentes a 1993, são da ordem dos 46 mil para Viana do Castelo, 5 mil para Chaves, 3 mil para Vila Real e 1,5 mil para Bragança.

Infelizmente, as informações sobre as actividades dos museus escasseiam. Mas, de novo, a manutenção de serviços educativos, actividades de investigação e edição regular de publicações, que caracterizam os museus de Braga — mesmo o de D. Diogo de Sousa, fechado à altura do inquérito —, distinguem-nos bem, por exemplo, do Museu da Região Flaviense, que recebeu 13.770 visitantes em 1992 e 12.690 em 1993, mas só realiza, anualmente, trabalhos arqueológicos, ou do Museu Militar de Bragança, cujo director avançava números na ordem do 40 milhares de visitantes, mas não indicava qualquer outro serviço. De qualquer modo, havia algumas expectativas de desenvolvimento: depois de

⁽⁷⁾ Deve ter-se em atenção, porém, que as bibliotecas do Porto e de Braga beneficiam do Depósito Legal.

profundas obras de remodelação, o Museu Municipal de Viana do Castelo abria as portas em 1993 e o Museu do Abade de Baçal faria o mesmo em 95.

Poderíamos avançar, agora, para as salas de espectáculos geridas numa lógica de serviço público. A presença do Teatro-Circo, cuja empresa é participada em mais de 90% pela Câmara Municipal de Braga, destaca-se bem: de acordo com os números que nos foram fornecidos, promoveu, em 1992, 925 espectáculos e, em 93, 772, para os quais se venderam, respectivamente, 64.892 e 54.600 bilhetes: bem acima, por exemplo, dos bilhetes vendidos, nos mesmos anos, no Porto, em espectáculos promovidos pelo Coliseu (44.357 e 44.570)⁽⁸⁾, pela Casa das Artes (38.460 e 33.986) e pelo Auditório Nacional Carlos Alberto (20.597 e 19.253).

Mas a questão relevante estará suficientemente enfatizada: não deveremos considerar o plano dos equipamentos culturais disponíveis, em cada localidade, sem cuidar de interrogar as lógicas do funcionamento dos que têm missão de serviço público, designadamente na vertente de *infra-estruturação* do ambiente cultural local.

3.3. A aquilatação dos ambientes culturais urbanos não parece capaz de dispensar, entretanto, uma prospecção pelos serviços disponíveis no mercado do livro e da arte, e nos meios de comunicação social, assim como em áreas menos directamente conotadas com a actividade cultural propriamente dita, mas também potenciadoras de qualificação do terciário superior.

Em matéria de editoras, livrarias e galerias de arte, os resultados do nosso inquérito postal são decepcionantes; as ausências de resposta e as respostas evasivas ou incompletas foram a regra. Mas isso mesmo é já um indiciador da incipiência deste mercado nas cidades consideradas (exceptuando, portanto, o Porto). Os efeitos dinamizadores decorrentes da implantação de instituições do ensino superior não se fazem sentir com a amplitude que poderia ser legitimamente esperada. E o peso dos *marchands* privados é quase irrelevante.

Os informadores e activistas culturais entrevistados coincidiram nesta apreciação. E fizeram, em geral, notar que a principal transformação nos *media* locais ocorreu, desde os anos 80, na rádio.

O panorama jornalístico parece ainda muito marcado pela figura clássica do periódico local, não diário, pouco profissionalizado, de circulação reduzida e forte registo bairrista. Braga dispõe, é facto, de dois diários; em Viana do Castelo, publica-se desde 1991 um mensário dedicado exclusivamente à temática cultural. Mas a generalidade dos periódicos que aceitaram responder ao nosso inquérito postal (11 em 17 registados), mesmo que de fundação recente,

⁽⁸⁾ Os números do Coliseu não entram em linha de conta com a frequência dos espectáculos realizados por promotores que alugaram a sala.

situa-se na linha tradicional, normalmente crismada de «regional» ou «regionalista» (Quadro 4).

Em contraponto, o panorama radiofónico alterou-se. Falamos, evidentemente, quer para a imprensa quer para o audiovisual, de iniciativas de raiz local – que as pessoas lêem e ouvem jornais e emissoras de dimensão nacional ou regional. Nessas iniciativas, as rádios locais parecem ter marcado pontos, sobretudo nos fins dos anos 80. Como se verá pelo quadro de respostas que foi possível obter num inquérito postal, a que aderiram 9 das 14 rádios inventariadas (Quadro 5), o nível de profissionalismo é maior do que no caso dos jornais: as rádios acompanham melhor, logicamente, as mudanças já assinaladas nas práticas de consumo e lazer, designadamente juvenil, revelam-se um *medium* mais expedito na cobertura e encenação informativa da vida local, e atraem mais depressa o interesse das novas populações universitária; para além da rádio universitária de Vila Real, que respondeu, haveria que assinalar-se a Rádio Universitária propriedade da Associação Académica da Universidade do Minho, que ignorou os nosso pedidos de resposta mais foi citada por vários informadores cidadãos como uma das mais interessantes iniciativas locais.

Esta panorâmica grosseira de empreendimentos no domínio da cultura e da comunicação social poderá ser ainda reforçada com um pequeno apontamento sobre a difusão, nestas cidades, de serviços, estabelecimentos e profissionais mais indirectamente relacionados com as matérias de que agora nos ocupamos, mas não menos importantes na configuração do clima ou ambiente cultural de cada urbe. Tentámos uma aproximação expedita, por via do recenseamento dos anunciantes nas *Páginas Amarelas*. Sendo certo que se trata de um resultado meramente indicativo, até porque seguimos os critérios e lógicas de classificação contidos nessa lista telefónica, e a prudência mande supor que obtivemos assim uma contagem por baixo, não deixa de ser pertinente observar que é enorme a desproporção entre a dotação do Porto e a das outras cidades, incluindo Braga – e que, à presença de vários bares, algumas discotecas e alguns videoclubes, corresponde a quase inexistência, nas três urbes do interior, de referências em domínios como as antiguidades, o restauro, a cerâmica artística, o *design*, os editores, a escultura e estatuária, a organização de espectáculos, os pintores de arte, a serigrafia, os tradutores e intérpretes, ou os urbanistas.

3.4. Um ambiente faz-se também, crucialmente, da presença e acção de operadores culturais, qualquer que seja a sua natureza: produtores, difusores ou mecenas; empresas, cooperativas, associações, instituições públicas ou particulares.

Já atrás notámos a incipiência da dotação em equipamentos. Outro traço saliente da situação nortenha, no seu todo, é a debilidade da oferta privada de bens e serviços culturais, ainda que sejam próximos dos lazeres e do entreteni-

QUADRO 4
Características de jornais locais, segundo as respostas ao inquérito postal

Título, cidade	Propriedade	Ano de fundação	Periodicidade	Nº habitual de pág.	Total de redactores	Jornalistas profissionais	Tiragem média
<i>Correio do Minho</i> , Braga	soc. comercial	1926	diário	24	15	10	10.000
<i>Diário do Minho</i> , Braga	arquidiocese de Braga	1919	diário (excepto domingo)	20/24	7	2 a tempo inteiro, 5 a tempo parcial	4.650
<i>Mensageiro de Bragança</i>	diocese de Bragança	1940	semanário	24 /34	5	1	5.500
<i>A Voz do Nordeste</i> , Bragança	soc. comercial	1985	quinzenário	28	8	2	4.000
<i>Jornal de Chaves</i>	director/ /propriet.	1989	semanário	14	4	2	3.600
<i>A Aurora do Lima</i> , Viana do Castelo	individual	1855	bisemanário	12/16	«não há corpo redactorial»	—	10.000
<i>Foz do Lima</i> , Viana	director/ /propriet.	1991	mensário	16	2	0	1.000
<i>O Vianense</i> , Viana	soc. comercial	1979	quinzenário	8/10	«diversas»	«2 equiparado»	4.000
<i>Interior Norte</i> , Vila Real	soc. comercial	1989	quinzenário	14	4	1	3.000
<i>Jornal do Norte</i> , Vila Real	director/ /propriet.	1984	quinzenário	12	2	0	2.000
<i>A Voz de Trás-os-Montes</i> , Vila Real	Conferências S. Vicente de Paulo	1947	semanário	24	7	1	4.250

QUADRO 5
Características de rádios locais, segundo as respostas ao inquérito postal

Nome, cidade	Ano de fundação	Horário da emissão	Total de colaboradores	Profissionais
<i>Antena Minho</i> , Braga	1989	0-24	20	15
<i>R.T.M.</i> , Braga	1988	0-24	22	14
<i>R.B.A.</i> , Bragança	1988	0-24	16	6
<i>Rádio Brigantia</i> , Bragança	N.R.	7-3	10	10
<i>Rádio Larouco</i> , Chaves	N.R.	7h30-23, 8-0h30 (sáb, dom)	20	4
<i>Rádio Alto Minho</i> , Viana	1988	0-24	15	4
<i>Rádio GEICE</i> , Viana	1983	0-24	21	7
<i>Rádio Universitária Marão</i> , Vila Real	1989	0-24	7	5
<i>Voz do Marão</i> , Vila Real	N.R.	7-1	N.R.	N.R.

QUADRO 6

Alguns equipamentos e serviços das cidades, segundo as páginas amarelas, 1995-96

	Porto	Braga	Viana	Chaves	Vila Real	Bragança
Alta fidelidade e estereofonia	12	2	0	0	0	1
Amplificadores	2	0	0	0	1	0
Antiguidades	58	7	4	0	1	1
Antiguidades – restauro	25	3	1	0	1	0
Arquitectos	228	10	4	0	2	2
Arte – colecções	2	0	0	0	0	0
Artes gráficas	70	13	2	0	2	2
Audiovisuais						
– equipamentos e produção	8	2	0	0	0	0
Bares	102	26	10	16	5	14
Boîtes e dancings	12	0	0	1	0	1
Cerâmica artística	4	0	0	0	0	0
Congressos						
– organização e serviços	14	1	0	0	0	0
Design	54	6	1	0	2	0
Discos de música – editores	10	1	0	0	0	0
Discos de música – gravação	1	1	2	1	0	0
Discotecas (lojas inc.)	28	9	1	6	3	3
Editores	56	2	1	0	1	0
Escolas de ballet	8	0	0	0	1	0
Escolas de dança	7	1	1	0	0	0
Escolas de línguas	26	4	3	1	2	1
Escolas de música	15	3	2	2	2	1
Escultura e estatuária	2	2	0	0	0	0
Espectáculos – organização	13	1	0	0	0	0
Filmes – estúdios e laboratórios	2	0	0	0	0	0
Filmes – realização e produção	4	0	0	0	0	0
Galerias de arte	33	6	1	0	1	0
Gravação de som e imagem						
– estúdios e produtores	9	1	1	0	0	0
Livrarias	63	16	6	3	6	5
Livros – distribuidores	18	3	0	0	0	0
Música (instrumentos)						
– venda e reparações	16	5	2	1	1	2
Músicos, conjuntos e orquestras	8	2	3	0	1	1
Pintores de arte	20	1	0	0	1	0
Projectos e estudos						
(arquitectura e engenharia)	173	22	14	7	9	7
Publicações	12	1	0	0	1	1
Serigrafia	19	6	1	0	1	0
Som – equipamentos e materiais	10	6	0	0	0	0
Tradutores e intérpretes	24	2	0	0	0	0
Urbanistas	5	0	0	0	1	0
Vídeo – clubes	26	10	4	1	3	3
Vídeo – editores e distribuidores	1	0	0	0	0	0
Vídeo – estúdios e produtores	4	0	0	0	0	1

mento. A consequência mais evidente dessa debilidade é a profunda carência de operadores nas áreas que não têm constituído matéria privilegiada de intervenção dos poderes públicos. Já ficaram marcadas três especialmente gravosas: o cinema comercial, o sector da edição e do livro e o mercado de arte.

Só o Porto apresenta uma estrutura mínima de agentes privados, e mesmo essa se tem confrontado com ocasiões cíclicas de crise e recomposição. A motivação e a satisfação da procura local têm cabido, por isso, não a entidades empresariais, mas a outros dois tipos de protagonistas: administração pública e instituições associativas. O cinema é um bom exemplo: o segmento habitualmente chamado de cinema de qualidade, que tende a ser o primeiro penalizado pela fragilidade do circuito empresarial, é garantido, com maior ou menor regularidade, por cineclubes e por auditórios públicos. Braga e Viana do Castelo dispõem, cada uma, de um cineclube; e, em Braga, o Teatro-Circo, de que falámos, é que assegura a oferta de filmes de menor difusão comercial. Note-se, então, a debilidade acrescida em que se encontram as cidades transmontanas. E aguardemos os efeitos da mudança da delegação do Norte da Secretaria de Estado da Cultura para Vila Real.

Situação diferente é a do teatro, que tem constituído uma área de investimento, na política cultural dos governos portugueses. Todas as cidades dispõem de companhias residentes: a Companhia de Teatro de Braga, o Teatro do Noroeste, em Viana, o Teatro Experimental Flaviense, em Chaves, o Filandorra - Teatro do Nordeste, em Vila Real (além de Lamego, Mirandela e Torre de Moncorvo), a Trupe da Vila, em Vila Real, o Teatro em Movimento, em Bragança. O trabalho destes grupos tem sido mais ou menos apoiado pelo Governo e, recentemente, também por câmaras municipais; e, embora as condições de tal apoio não estejam totalmente clarificadas e estabilizadas, o certo é que se pôde assim consolidar uma rede regional de operadores teatrais.

Protagonistas indispensáveis na cena cultural de várias cidades são ainda as organizações associativas, constituídas na base da afinidade de interesses e com predominância do voluntariado. Parte importante da oferta é garantida por elas, assim como as oportunidades para participação em actividades de produção cultural amadora. O Centro Cultural do Alto Minho, em Viana do Castelo, e o Centro Cultural Regional de Vila Real são exemplos desta presença. Mas poderíamos citar, também, em Braga, a Associação do Teatro Amador e a Associação de Fotografia e Cinema Amador.

As fundações são outras instituições não lucrativas que intervêm neste domínio. Mas não abundam, no Norte de Portugal, por razões que não andam longe da situação nacional (cfr. M. Lourdes Lima dos Santos e Idalina Conde, 1990). A Casa de Mateus marca, certamente, a agenda cultural de Vila Real. Faltam, contudo, iniciativas relevantes provindas de empresas. Ocasionalmente, o Estado tem procurado estimular, ou até quase forçar, parcerias entre

si próprio, empresas e outras organizações, que distribuam os custos e potenciem os benefícios de grandes investimentos culturais. O exemplo mais forte é a Fundação de Serralves, no Porto. Mau grado o seu impacto, é, por enquanto, caso singular.

A cooperativa tem sido uma forma jurídica habitual para consolidar actividades regulares de produção e divulgação cultural. É a forma modal entre os grupos de teatro referidos e entre as organizações associativas de dimensão razoável. Nos últimos anos, tem ocorrido um processo interessante, no qual as cooperativas culturais e artísticas que compreendem mais actividades de produção ou promoção pública vão interiorizando princípios de funcionamento empresarial, em busca de maiores eficiências. Algumas combinam-nos com uma motivação predominantemente benévola, assente no voluntariado, outras vão profissionalizando todos ou alguns dos seus departamentos e activistas.

À excepção de Braga, que conheceu uma forte intervenção cultural do Município desde os anos 70, os serviços e as estratégias de suporte da política cultural autárquica são incipientes, nas cidades estudadas. Mas a combinação das circunstâncias conduz a um só aparente paradoxo. Os municípios são parceiros, internamente débeis, tornados fortes pela debilidade do conjunto dos actores da cena cultural local (A. Santos Silva, 1995). Qualquer que seja o modelo de actuação que hoje perfilhem, mais voluntarista ou mais discreto, eles constituem-se efectiva ou virtualmente, em protagonistas da oferta cultural local.

3.5. O baixo nível geral de dotação em equipamentos, serviços culturais estruturantes e serviços económicos e sociais directa ou indirectamente articulados ao campo da cultura e do lazer, assim como a relativa debilidade da rede de protagonistas e empreendedores de iniciativas culturais locais, tudo conduz a que o ambiente sócio-cultural urbano seja ainda relativamente pouco qualificado e as cidades não disponham de uma oferta mínima continuada de bens, serviços e acontecimentos – sendo certo que uma e outra coisa constituem condições determinantes para a captação e satisfação de procuras sociais.

As cinco cidades aqui consideradas albergam, de há alguns anos a esta parte, eventos com dimensão assinalável, à sua escala. Em Braga, a Feira do Livro, os Festivais do Teatro Amador e, sobretudo, os Encontros da Imagem. Em Viana, o Festiviana (mostra de cinema) e a Feira do Livro. Em Bragança, a Feira do Livro. Em Vila Real, o Festival de Rock e as várias iniciativas da Casa de Mateus. Em Chaves, o Encontro de Arte Jovem.

Conviria, entretanto, distinguir situações diversas. De um lado, iniciativas já relativamente consolidadas e que, pela sua qualidade e singularização, atraem públicos fiéis, de dentro e de fora da cidade. O melhor exemplo parece residir,

justamente, nos Encontros da Imagem, promovidos, em cada mês de Maio, pela Associação de Fotografia e Cinema Amador. Mas poderia invocar-se também, noutra plano, e num registo ainda muito voluntarista – de aposta deliberada por banda do promotor, à espera de efeitos sociais correspondentes –, a combinação do Encontro de Arte Jovem e do Simpósio do Granito. Em ambos os casos, busca-se, de alguma forma, fazer valer as potencialidades das iniciativas para a promoção externa da cidade e para a sugestão de um emblema, de uma identidade própria; e anunciam-se efeitos de sinergia, assim se projectando, por exemplo, um Museu da Imagem em Braga e um outro, de Arte, em Chaves.

De um outro lado, deveríamos colocar os acontecimentos que possuem um alcance claramente supralocal e um valor cultural reconhecido, mas não parecem dispor de raízes nem de impacto locais. É o caso dos festivais, encontros e actividades de formação, centradas na música erudita e na poesia, promovidos pela Fundação de Mateus: atraem gente qualificadíssima, do País e do estrangeiro, mas funcionam, digamos, em «ilha», pouco impacto real conseguindo sobre a cidade de Vila Real.

Do último lado, ficariam aqueles eventos que não têm ainda (ou, eventualmente, nem sequer pretendem ter) significado e projecção supralocal. Não sofrem necessariamente, por isso, de nenhuma espécie de estigma. Mas não deixa também de ser verdade que pelo menos uma parte da eficácia dos acontecimentos culturais no ajustamento entre ofertas e procuras (que é o ponto que aqui nos retém) está ligada quer à sua sequencialidade quer à sua visibilidade pública. E esta dificilmente se faz sentir, se acantonada a localidades de dimensão física e populacional tão diminuta, como é o caso de quatro das nossas cinco cidades.

Valerá, talvez, a pena deixar nota de outro pequeno exercício de aproximação empírica, ensaiado pela equipa de investigação no início dos seus trabalhos. Procurámos entrever o alcance dos acontecimentos e equipamentos culturais das cidades, tomando por referência comparativa o Porto, e avaliando esse alcance através da sua in/visibilidade para a imprensa nacional. Escolhemos o jornal *Público*, que era, então, o único diário que fazia duas edições, uma no Porto e outra em Lisboa. Os resultados estão condensados nos Quadros 7 e 8. Como se notará, com algumas excepções notáveis – por exemplo, os concertos de música erudita em Vila Real, o que tem justamente a ver com a repercussão da actividade da Casa de Mateus –, o contraste é impressionante, primeiro, entre o Porto e todas as outras cidades, depois, entre as duas cidades do litoral, Braga e Viana, e as três transmontanas. Também nesta dimensão de visibilidade pública supralocal, as nossas cidades caracterizam-se pela carência.

QUADRO 7

Distribuição dos acontecimentos culturais, ocorrendo nas cidades, que foram objecto de sugestões no jornal *Público*, de 1 de Julho de 1992 a 30 de Junho de 1993 (% em linha)⁽⁹⁾

Acontecimentos	Porto	Braga	Viana	Chaves	V. Real	Braganca	Total	
							%	N
Exposições	93,1	4,7	1,5	0,7	0	0	100	422
Cinema	86,0	5,2	8,8	0	0	0	100	422
Música erudita ou sacra	86,5	2,6	1,5	1,1	8,0	0,4	100	274
Teatro	86,4	7,5	5,3	0,8	0	0	100	265
Música ligeira, rock	81,0	13,2	2,1	1,1	1,1	1,6	100	189
Colóquios, debates	89,1	10,3	0,6	0	0	0	100	156
Jazz	99,0	1,0	0	0	0	0	100	101
Bailado	92,3	7,7	0	0	0	0	100	26
Vídeo	100	0	0	0	0	0	100	16
Declamação de poesia	93,3	6,7	0	0	0	0	100	15
Ópera	92,3	7,7	0	0	0	0	100	13

4. IDENTIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PÚBLICOS

A situação cultural de pequenas e médias cidades portuguesas, no crepúsculo do século XX, há-de ser pintada a duas cores. É possível recensear factores de mudança e qualificação do tecido urbano, assim como novas oportunidades para a formação de públicos e cadinhos para o desenvolvimento de promotores: em particular, sinais de evolução positiva no crescimento demográfico e na composição social das populações urbanas, na dotação em certos serviços avançados, como os estabelecimentos de ensino superior, e na expansão de lazeres e consumos paraculturais. Mas não se deve, ao mesmo tempo, perder de vista a inércia de situações cuja debilidade é estrutural e não parece

⁽⁹⁾ À época, o jornal *Público* seleccionava certos eventos a que o leitor poderia assistir, de duas maneiras: diariamente, na última página do suplemento «Local»; semanalmente, à sexta-feira, em duas páginas centrais do suplemento «Fim-de-semana». Foram aqui consideradas as selecções feitas, ao longo de um ano, pelo Local – Porto e pelo Fim-de-Semana, para os domínios culturais referidos. O quadro apresenta números de referências a eventos e não, directamente, números de eventos. Há, muitas vezes, repetições entre a selecção do Local e a selecção do Fim-de-Semana. O número de eventos é, portanto, substancialmente menor. O leitor deve ter em conta que trabalhamos com selecções jornalísticas, e com selecções de um jornal nacional, com edições em Lisboa e no Porto. Os números do quadro referem-se, portanto, não à totalidade dos eventos ocorridos, mas sim a uma parte seleccionada deles, pesando fortemente nessa selecção a distância territorial face ao Porto e a Lisboa. O quadro mede, por assim dizer, diferentes graus de visibilidade mediática dos acontecimentos culturais que ocorrem nas seis cidades retidas.

QUADRO 8

Alguns equipamentos e eventos culturais das seis cidades, referidos no cartaz de «Lazeres» da edição do Porto do jornal *Público*, durante os meses de Junho de 1992 e Maio de 1993

Cidades	Lugares de exibição de teatro (salas e ar livre)	Salas de cinema	Galerias e outros espaços com exposições	Espectáculos musicais	Encontros (debates, colóquios, etc.)
VI- 1992:					
Porto	13	18	48	77	23
Braga	2	3	4	5	2
Viana	4	0	2	3	0
Chaves	0	0	1	2	0
V. Real	0	0	1	0	0
Bragança	0	0	0	0	0
V - 1993:					
Porto	18	17	65	75	79
Braga	2	4	8	14	3
Viana	1	1	2	4	5
Chaves	0	0	0	0	0
V. Real	0	0	0	2	0
Bragança	0	0	0	0	0

modificável com facilidade ou rapidez: assimetrias pesadas na distribuição nacional e regional de recursos, incipiência do investimento privado, procuras reduzidas, tradição paroquialista na produção cultural local.

Há, portanto, uma espécie de balanceamento entre factores de promoção, ligados ao que aqui inventariámos como potencialidades, e factores de travagem, ligados ao que caracterizámos como ambiente ou clima cultural urbano. Para compreender este balanceamento, parece-nos indispensável ter em conta dois pontos óbvios. O primeiro é que potencialidades não são certezas: em particular, não há nenhuma relação de implicação necessária entre, de um lado, o crescimento recente de grupos qualificados, nomeadamente estudantes do ensino superior e profissionais do terciário superior, e, do outro, o acréscimo significativo das procuras culturais. O segundo ponto é que, justamente, as mudanças observáveis vão antes no sentido do reforço das práticas de consumo ligadas aos lazeres e, de entre eles, à convivialidade e ao audiovisual, do que no sentido das práticas culturais num sentido mais restrito. Não ignoramos, decerto, que a emergência de uma cultura juvenil urbana, polarizada nos *media* e nos lazeres, questiona o próprio conteúdo da expressão «procuras culturais», porque alimenta uma das procuras mais sustentadas, com visibilidade e impacto no ambiente urbano, centrada em segmentos característicos da cul-

tura de massas e das indústrias da apresentação de si, mas intersectando alguns dos padrões tradicionais, quer da cultura popular quer da cultura cultivada. Recordamos, embora, que, nos interessa, por enquanto, perceber alguns dos processos que configuram a relação entre oferta e procura cultural, no sentido clássico e restrito da última palavra.

Neste plano, que significam quer a tensão entre potencialidades e inércias, quer o quadro empírico de um ambiente sócio-cultural débil atravessado por sinais e vectores de virtual transformação, se não que há também, aqui, uma *acção cultural* a fazer-se? Quer dizer: uma intervenção, ou uma sequência de intervenções, conduzidas seja a partir dos promotores de oferta, seja das instâncias públicas de regulação, seja das autoridades políticas, seja das procuras, para *realizar* mercados, para concretizar procuras virtuais, para conquistar nichos, quotas, segmentos estáveis. E vale a pena começar por reflectir sobre o modo como vários dos promotores culturais, nas cidades escolhidas, procuram criar uma relação continuada e fiável com os seus públicos.

Quem forma o nosso público?, eis uma questão a que alguns deles buscam, actualmente, responder. Desviemos um pouco a rota e tomemos um caso de sucesso, que tem marcado o panorama recente do Porto: a Fundação de Serralves.

Foi instituída em 1989, e encarregada da gestão de uma vasta propriedade adquirida pelo Estado, para a promoção, nela, de actividades multidisciplinares no domínio das artes e a instalação do futuro Museu Nacional de Arte Moderna. Na Fundação, de direito privado, participaram o Estado central, a Câmara Municipal do Porto, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, várias instituições culturais e educativas regionais, duas associações empresariais e meia centena de empresas e empresários.

Ora, sem perder de vista o projecto museológico, a sua acção cultural tem sido pautada por três grandes orientações.

A primeira é a afirmação como centro cultural de projecção europeia, vocacionado para as artes contemporâneas, numa lógica multidisciplinar, envolvendo artes plásticas, arquitectura, fotografia, etc.

A segunda orientação é o desenvolvimento de projectos de animação e educação para a arte e o ambiente. O serviço de animação apoia as actividades de exposição com sequências paralelas de conferências, colóquios, mostras de vídeo e cinema, espectáculos de dança, sessões de jazz e de música de câmara. O serviço educativo actua através do método das visitas guiadas, umas dirigidas ao público em geral, outras especificamente orientadas para públicos escolares. Procura potenciar o contacto com as exposições, enriquecendo-o com o conhecimento mais alargado dos movimentos artísticos que as enquadram; e eliminar ou atenuar a relação de desconfiança ou inibição face ao museu, acompanhando tecnicamente os visitantes.

A terceira orientação é a dinamização e valorização do património natural do conjunto de Serralves. De facto, o seu parque é um dos mais belos e vastos espaços verdes da cidade do Porto; e, para além de jardins, inclui um importante espaço rural, em plena urbe. Era propósito da Fundação, à data (1994) da nossa investigação, combinar estas duas áreas, os 12 hectares de jardins e os 6 de quinta, de modo a conseguir uma educação ecológica e ambiental verdadeiramente integrada, capaz de valorizar a natureza e o trabalho da terra. Eis a lógica que presidia à actuação dos seus serviços de manutenção, desenvolvendo, nomeadamente, actividades de criação de animais, experimentação de plantas, venda de produtos naturais e cirurgia de árvores; e à actuação dos serviços de educação e animação, promovendo visitas acompanhadas ao Parque, clubes da natureza, celebrações de dias mundiais ligados à natureza, oficinas de animação de tempos livres, exposições, propostas de educação pela arte e pela natureza, num conjunto articulado em que se destacavam a ligação regular com várias escolas, a exposição estival de espantalhos feitos pelas crianças e a recriação do ciclo do linho.

Era tudo isto que fazia o impacto e a singularidade do projecto de Serralves: potenciando ao máximo os recursos físicos e respeitando a própria história da Casa, combinar artes contemporâneas e ambiente, cultura e natureza, formação estética e educação ecológica, adoptando e concretizando um entendimento duplamente globalizante da cultura – aposta na configuração multidisciplinar das artes, fazendo convergir artes plásticas e cinema, ensaísmo e fotografia, arquitectura e dança, etc.; e aposta na cultura como forma de vida, cruzando dimensões formativas, dimensões de fruição e dimensões lúdicas, propondo às pessoas um espaço cultural onde elas poderiam passear e familiarizar-se com as vanguardas, tomar chá e consultar uma livraria especializada, participar num colóquio e comprar plantas aromáticas, ouvir jazz e ver espantalhos concebidos por crianças.

Ao mesmo tempo, Serralves operava esta conjunção, referindo-se, em todos os domínios, da arquitectura do espaço às iniciativas que nele ocorriam, a elevados padrões de qualidade e actualidade – afirmando-se, claramente, como um centro cultural de projecção europeia e vinculado à nossa contemporaneidade.

Não admira, portanto, que, em poucos anos, se tenha afirmado como instituição de referência da cidade do Porto, seu novo emblema. Segundo os dados fornecidos pelos serviços, entre 1987 e 1993 o número anual de visitantes subiu de 28.000 para 90.000. Às visitas guiadas pelos serviços educativos do Parque e da Casa acorreram, em 1992, quase 17.000 e, em 1993, acima de 19.000 pessoas, a larga maioria crianças.

Ora, a Fundação manifesta um cuidado particular na identificação e compreensão dos seus públicos. Em 1993, promoveu um inquérito que, administrado durante uma semana do mês de Março, apurou 2.375 respostas, que

foram tratadas pelo Centro de Cálculo e Tecnologias de Informação da Escola Superior de Biotecnologia, mas não constituíram objecto, tanto quanto sabemos, de ensaio interpretativo. Em 1994, encomendou ao CIES, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, um outro estudo de caracterização dos públicos, que está terminado (Idalina Conde, 1995). O estudo compreendeu um inquérito, aplicado no segundo semestre de 94 a uma amostra de 973 visitantes portugueses, outro de caracterização de visitantes estrangeiros e a realização de entrevistas.

Que retrato nos dão estas pesquisas sobre o público de uma instituição de cultura contemporânea?

É um público jovem, com predominância do género feminino. Muito escolarizado: três em cada cinco respondentes de 1993 e quase dois em cada três, de 1994, têm instrução superior. Quase tantos estudantes quantos activos. Entre estes, sobrerrepresentação das profissões liberais, artísticas, intelectuais e científicas – e, especificamente, dos professores, os quais, só à sua conta, significam 33% do total de activos em 1993 e 29% no ano seguinte. A larga maioria dos visitantes provém do distrito do Porto.

Notar-se-á a relativa selectividade deste público. Serralves penetra com maior facilidade entre jovens, estudantes e profissionais qualificados, da área geográfica envolvente. Parece dependente das procuras que se geram em torno do universo escolar, e das disposições, competências, aspirações e gostos culturais que ele favorece. Não há, aqui, nenhuma particularidade. Nas respostas ao nosso inquérito postal, é de estudantes, primeiro, e, depois, professores e investigadores que falam responsáveis das bibliotecas, num caso acompanhados de reformados. O inquérito lançado pela Biblioteca Pública do Porto aos seus utilizadores apurou, num conjunto de 1176 inquiridos, 69% de menores de 24 anos, 5% de professores, 6% de trabalhadores-estudantes e 72% de estudantes, frequentando um pouco mais de metade destes o ensino superior (Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1994). Respondendo-nos, o administrador-delegado do Teatro-Circo, em Braga, caracteriza o seu público habitual como «uma grande percentagem de público já iniciado e sensibilizado culturalmente (estudantes, professores, quadros técnicos, etc.) e reformados que têm descontos nas entradas». A Companhia de Teatro do Noroeste apurava, para os seus primeiro, segundo e sexto espectáculos em Viana do Castelo, e por inquérito aos espectadores, a presença, respectivamente, de 41%, 48% e 56% de estudantes, e 10%, 10% e 13% de professores, assim como uma larga predominância dos menores de 30 anos (J. Escaleira, 1992a, 1992b, 1993) – dados corroborados por inquéritos ao público de teatros lisboetas (cfr. P. F. Monteiro, 1994).

Mas devemos estar atentos a três circunstâncias.

O espaço da cultura, mesmo da que surge mais conotada com as artes de vanguarda, não é vedado por nenhuma espécie de fatalidade intransponível. O

próprio movimento de recomposição recente da estrutura social portuguesa, com importantes percursos e canais de mobilidade social e com uma translação geral para posições escolares e sócio-profissionais menos desqualificadas, conduz a que sejam menos marcantes, do que noutros contextos histórico-sociais, as lógicas aristocráticas de configuração de públicos selectos e distintos, que se perpetuam por linhagens familiares fechadas. O inquérito de 1994, em Serralves, contém informação reveladora a esse propósito: a distribuição das categorias profissionais dos pais dos visitantes contrastava bastante com a destes últimos: registavam-se pais operários para 25% dos respondentes e pais empregados subalternos para 15%. Muito deste trajecto ascensional passará pela escola, e repercutir-se-á mais claramente entre o universo dos estudantes que frequentam a instituição. E não se esqueça que, na estrutura de distribuição dos visitantes activos por categorias sócio-profissionais, o conjunto dos operários e pessoal de serviços básicos vale 13% do total da amostra (o que, em termos absolutos, significará perto de seis dezenas de pessoas), o dos comerciantes e vendedores 4,3% e o dos empregados 15,6% (ou, noutro critério, 16% de todos os inquiridos têm menos de 10 anos de escolaridade) (I. Conde, 1995).

Há, aqui, uma zona de crescimento – pequena e difícil. Mas nem é ela a mais decisiva para o nosso problema de agora. A sobrerrepresentação de estudantes, professores e, depois, das outras profissões intelectuais e das profissões liberais é, apenas, uma das faces da estrutura dos públicos de acontecimentos e instituições culturais – face que se torna particularmente evidente sempre que a nossa observação incide sobre os públicos efectivos desses acontecimentos e instituições, mesmo quando estes extravasam os apertados limites da cultura erudita e evocam até, deliberadamente, motivos de cultura quotidiana e popular⁽¹⁰⁾. A outra face é a *subrepresentação*, nas mesmas categorias sócio-profissionais, dos consumidores culturais habituais – a qual se tem tornado clara nos inquéritos sobre tais consumos, dirigidos à população em geral.

Os dados são, aliás, impressionantes. Num estudo sobre práticas culturais na Área Metropolitana do Porto, reportado a 1988-89, entre os inquiridos com instrução superior, 44% declaravam não ler regularmente jornais diários, 27% não ler semanários, 48% não ler romances, 56% não ler poesia, 38% não ir ao cinema, 63% não ir a concertos, 63% não ir a museus (A. Santos Silva e Helena Santos, 1995: 19). Quanto mais nobres são consideradas as práticas, mais tendem a ser minoritárias, mesmo entre os actores bem posicionados nas

⁽¹⁰⁾ A título de exemplo, poderíamos referir que num inquérito de 1987 aos visitantes de um centro de promoção de artesanato, o Centro Regional de Artes Tradicionais, no Porto, os estudantes representavam 27% dos respondentes, os professores e demais profissões intelectuais 24% e os quadros superiores e profissões liberais 9%. Mesmo tendo em conta que o inquérito se fez por administração directa, os resultados são eloquentes. Cfr. A. Santos Silva, 1988: 33-38.

hierarquias sócio-profissional e escolar. O inquérito às práticas culturais dos lisboetas, coordenado por José Machado Pais e aplicado em 1994, é também esclarecedor. Como os autores resumem, «o “lisboeta” altamente escolarizado não é forçosamente “cultivado”» (J. Machado Pais, coord., 1994: 316).

O que é que isto quer dizer? Que o campo de alargamento sustentado do público de instituições e agentes culturais é vasto, mas pode ser trabalhado e delimitado com algum cuidado e rigor. Sem esquecer o primeiro ponto atrás assinalado: não há fronteiras fechadas por qualquer espécie de fatalidade à aproximação recíproca entre oferta qualificada e procuras de diferentes origens sociais. Em particular, a procura mais consistente, na paisagem urbana portuguesa, nem sequer é constituída por elites económico-sociais no sentido mais estrito da palavra, mesmo para os segmentos culturais de marca mais aristocrática – mas sim por fracções das classes médias, muito devedoras do paradigma escolar.

Não esquecendo isto, importa, todavia, recordar que a aproximação nem é instantânea nem isenta de precauções. Nenhuma fórmula mágica torna acessível, em tempo acelerado, bens culturais longamente encerrados numa aura de intangibilidade, a populações cujas competências e disposições culturais lhes são sobremaneira estranhas. Nem basta derrubar a barreira dos preços e da interdição dos espaços, oferecendo espectáculos e exposições gratuitas, ou trazendo a arte para as praças, as ruas, os jardins e as colectividades de bairro. A barreira mais forte e perene, ligada à dissonância entre bens culturais oferecidos e capital cultural incorporado pelos receptores, não se resolve, antes se pode agravar, com gestos aparentemente espectaculares ou dessacralizadores. Os efeitos perversos da iconoclastia já estão bem documentados⁽¹¹⁾. Como escreveu José Madureira Pinto (1995: 200), sem «propor alternativas culturais estruturadas e estruturantes – o que só o planeamento criterioso da oferta permite alcançar –, e prescindindo de as integrar no conjunto de incentivos à formação de públicos que, sob forma dispersa, se acham, apesar de tudo, disponíveis», não se está a «contribuir, de facto, para uma mudança das relações de força no campo cultural».

À luz destes conhecimentos e reflexões, não constituirá surpresa observar que alguns dos agentes culturais mais interessados no alargamento dos seus públicos, nas cidades que agora consideramos, privilegiem justamente os grupos sócio-profissionais e etários de onde já hoje provém a larga maioria do seu público, e procurem consolidar neles uma procura efectiva regular. Claro que, neste plano, como o leitor já observou no Quadro 2, a situação de Braga contrasta com as de Viana, Vila Real, Bragança e Chaves. Entende-se, portanto, que seja o director da Companhia de Teatro de Braga quem mais frontalmente

⁽¹¹⁾ Leia-se, por exemplo, a análise de Dario Gamboni (1992).

assume, em entrevista aos investigadores, a opção de fundo pela fidelização de públicos já minimamente qualificados, atraídos pela qualidade e contemporaneidade do repertório oferecido. De facto, para lá do Porto, Braga é o centro urbano com condições objectivas mais favoráveis para o crescimento dos públicos provindos dos grupos etários e profissionais escolarizados e disponíveis para a fruição cultural. Mas tal não equivale a dizer que, à sua escala própria, as outras cidades não deparem com potencialidades (e urgências) similares.

Convoquemos, agora, a terceira circunstância. O público regular que os inquéritos de Serralves e da Companhia de Viana e as informações da generalidade dos agentes culturais locais identificam, tão ligado ao universo escolar, mas tão minoritário, face a todos os que partilham ligação similar, apresenta dois atributos adicionais. É um público de cultura e, nos casos que seleccionámos, de cultura cultivada, consagrada por critérios de qualidade e reconhecimento social. Público de museus, teatro, «bom cinema», dança, ópera, música clássica, leitor de livros e frequentador ocasional de galerias de arte. Mesmo quando alinha pelos padrões pós-modernos de cruzamento e fragmentação de culturas, distingue fruição estética e entretenimento vulgar. E é um público de instituições culturais, sejam elas museus e outros equipamentos e serviços, sejam criadores ou difusores, ou até ciclos de eventos: é um público de Serralves, das encenações de Rui Madeira ou dos Encontros da Imagem.

Eis, nessa dupla vertente, mais terreno de eleição para a acção cultural. Estes públicos qualificados e regulares podem ser ainda mais trabalhados, porque a sua qualificação pode ser desenvolvida e a sua regularidade pode ser transformada em parceria. Este público pode ser *fidelizado*.

Usemos, de novo, a informação recolhida em Serralves como termo de comparação. O inquérito de 1993 mostrava que sondávamos um público habitual – quase dois terços dos respondentes já haviam feito uma visita, nos seis meses anteriores à data do inquérito, e 17% tinham-na feito quatro ou mais vezes. E que se tratava de um público cultivado – que lia os diários e semanários de referência e era frequentador regular de cinema, concertos e exposições. O estudo de 1994 corroborou e aprofundou estas indicações. A mesma proporção de dois terços para os respondentes que afirmavam não ser esta a primeira vez que vinham a Serralves; de facto, 84% já tinham estado lá mais de duas vezes (e 41% mais de dez vezes). 91% costumavam ler jornais, 80% livros; 69% tinham ido, no ano anterior, pelo menos uma vez a um museu, 57% a uma galeria de arte, 50% a um espectáculo de teatro, 34% a um concerto de música clássica – e por aí adiante, revelando-se um bom nível médio de saídas culturais, práticas de leitura e informação e frequência de instituições e acontecimentos da cidade do Porto (I. Conde, 1995).

Esta qualificação bem acima do que é comum, na população portuguesa, vai de par com uma forte adesão a Serralves. A maioria conhece e aprecia a

programação; acha o preço de entrada razoável, bons o acolhimento e a sinalização, acessível o material de informação e apoio; e 30% costumam comprar catálogos. E se há, evidentemente, uma procura difusa de Serralves, a procura dirigida, motivada expressamente por acontecimentos particulares, é também muito importante (I. Conde, 1995).

Mas atenda-se, agora, no seguinte. Pediu-se aos inquiridos que identificassem, numa lista de oito aspectos, dois de que mais gostassem ou que mais procurassem em Serralves. Os resultados são apresentados no Quadro 9. Idalina Conde (1995: 48-49) escreve que «trazem à evidência uma tripla ordem de conclusões. Antes de mais, que em detrimento da *participação como intervenitor* requerida em algumas actividades de animação, o público revê-se quase em exclusivo na *condição de receptor* (visitante, ouvinte, espectador) de acontecimentos. Depois, que o mesmo público valoriza em termos prioritários o eclectismo dado pela polivalência da instituição, [secundarizando] a *especialidade* da sua polarização na arte contemporânea. Finalmente, que a procura de Serralves como *espaço natural* disponível para práticas de *lazer/ /sociabilidade*, resulta em grande parte consubstancial e não lateral à vinda/ /visita».

QUADRO 9
Aspectos mais valorizados em Serralves, segundo o inquérito de 1994 (em %)

Acontecimentos de natureza diversa (espectáculos, exposições, colóquios/conferências, «oficinas», etc.)	30,4
Actividades de animação em que possa participar	1,8
Um programa acessível	2,4
Sobretudo um espaço de arte contemporânea	12,8
Sobretudo um parque de características múltiplas	20,5
Sobretudo um espaço para estar/passear e se encontrar com pessoas	22,3
Um espaço que leve em conta outros grupos de pessoas, como as crianças, os estudantes e pessoas idosas	9,1
Outros	0,6

(Dados reproduzidos de Idalina Conde, 1995: Quadro 14)

Este efeito de cativação de públicos pela combinação entre a dimensão cultural e a dimensão ambiental do espaço *e da acção* de Serralves, este reforço recíproco entre Casa e Parque deve ser enfatizado. Não será dos menores responsáveis pela percepção global transmitida pelos inquiridos – pela sua imagem já tão afastada dos estereótipos das velhas, fechadas e sagradas instituições de cultura erudita (Quadro 10). A fidelização de um público próprio por Serralves tem muito a ver com a combinação entre a qualidade do acervo e dos

eventos – que torna a sua oferta referencial – e a polivalência funcional do seu espaço.

Estar-se-á a ver, aqui, outra zona de crescimento. Este público já predisposto para a fruição cultural, armado, na sua generalidade, das competências e disposições que o espaço que visita e o mundo cultural a que ele se vincula solicitam, é, porém, um público a estabilizar e a reforçar. A cultivar, no duplo sentido da palavra: a instituição deve conhecê-lo e deve prezá-lo, para mantê-lo; e deve, não diremos formá-lo, com medo das conotações transmissivas e escolares ou, mesmo, iluminadas, mas propor-lhe momentos e formas de participação e fruição acrescidas e diversificadas. Porque ele é um público-receptor, já o vimos, e não podemos curar aqui de interrogar minuciosamente essa qualificação; é, em parte, um público motivado por uma procura difusa, por aí dotada, ao mesmo tempo, de algum interesse e alguma volatilidade. E porque,

QUADRO 10
Percepção global do espaço de Serralves, segundo o inquérito de 1994 (em %)

Simpático, aprazível	98,2	Aberto	90,9
Intimidativo, constrangedor	1,0	Fechado	6,9
NR	0,8	NR	2,3
Confortável, acolhedor	95,9	Público	71,3
«Frio», desconfortável	3,3	Privado	24,4
NR	0,8	NR	4,3
Solene, impõe respeito	28,4	Elitista	30,2
Alegre, descontraído	65,2	Acessível	67,5
NR	6,3	NR	2,3
Feio	0,3	Animado, cheio de vida	76,4
Bonito	99,2	«Morto», muito vazio	14,5
NR	0,5	NR	9,1

(Dados reproduzidos de Idalina Conde, 1995: Quadro 15)

apresentando um nível de prática cultural absolutamente excepcional no contexto português, tem ainda muito por onde elevar esse seu próprio nível. De facto, 54% dos respondentes ao inquérito de 1994 nunca tinham ido à ópera, 47% a um concerto de jazz, 35% a um concerto de música clássica, 32% a um espectáculo de dança ou ballet; 63% não conheciam Mário Cláudio, 21% Pedro Burmester; e 53% não tinham sabido da realização das Jornadas de Arte Contemporânea (I. Conde, 1995).

Este défice, se a expressão for perdoável, não constitui apenas um problema de procura. É que o alargamento, por reduzido que seja, dos públicos sectoriais, mesmo provindos, como se vê, de bases sociais limitadas, coloca,

efectiva ou virtualmente, no estado actual de algumas ofertas específicas, problemas de procura insatisfeita.

Bem sabemos que os dados de frequência de espectáculos fornecidos pelos promotores devem ser encarados com reserva e controlo crítico. É um ponto particularmente relevante no caso do teatro, visto que a política de subsídios da Secretaria de Estado da Cultura, ao tempo da nossa investigação, valorizava critérios como o número de espectáculos e de espectadores. Mas não é exclusivo deste domínio. As poucas indicações que conseguimos coligir vão, porém, todas no mesmo sentido: em áreas como o bailado, a ópera ou a música clássica, as taxas de ocupação das salas são altas, e o problema está na escassez da oferta (e, claro, nos custos reais de cada evento). O Teatro-Circo de Braga, cuja lotação é de 1200 lugares, apresenta, como se verá no Quadro 11, taxas de ocupação no pouco bailado e ópera que oferece superiores à dos concertos de música ligeira. No Porto, a situação do Auditório Nacional Carlos Alberto é similar: as mais altas taxas de ocupação da sala obtêm-se com os (poucos) espectáculos de ópera e dança (Quadro 12); e os dados oficiais relativos à temporada de 1993-94 da Orquestra Clássica do Porto apresentam sistematicamente lotações esgotadas, quer nos 42 concertos realizados na cidade do Porto, quer nos 9 de digressão (entre os quais se conta um no Teatro Sá de Miranda, em Viana do Castelo) — o que daria, aliás, um número total de espectadores na ordem dos 30.000⁽¹²⁾.

QUADRO 11
Espectáculos no Teatro-Circo, 1992-93

Actividades/Anos	Espectadores (1)	Espectáculos (2)	1/2	
Cinema	1992	38500	780	49
	1993	31600	632	50
Teatro	1992	9292	120	77
	1993	9180	119	77
Concertos de música ligeira	1992	4800	7	686
	1993	7200	10	720
Concertos de música clássica e jazz	1992	2100	5	420
	1993	2400	6	400
Bailado	1992	4800	6	800
	1993	2500	3	833
Recitais	1992	3800	5	760
	1993	—	—	—
Ópera	1992	1600	2	800
	1993	1720	2	860

(Fonte: dados fornecidos pela empresa)

⁽¹²⁾ Para perceber, através de outro dispositivo de observação, o significado e o impacto das manifestações ocasionais de cultura erudita em cidades de pequena dimensão — no caso, a ópera em Guimarães, em 1989 — pode ler-se A. Santos Silva, 1994: 704-705.

QUADRO 12
Espectáculos no Auditório Nacional Carlos Alberto, 1989-93

Actividades/Anos	Espectadores (1)	Sessões (2)	1/2	
Cinema	1989	43 640	356	123
	1990	37 685	162	233
	1991	44 528	319	140
	1992	36 962	223	166
	1993	32 253	155	208
Música	1989	11 039	42	263
	1990	3 080	25	123
	1991	2 314	8	289
	1992	1 050	3	350
	1993	2 443	10	244
Dança	1989	5 340	15	356
	1990	5 831	16	364
	1991	6 323	16	395
	1992	3 871	11	352
	1993	7 998	19	421
Ópera	1989	4 691	9	521
	1990	-	-	-
	1991	-	-	-
	1992	-	-	-
	1993	2 176	5	435
Teatro	1989	7 718	50	154
	1990	19 757	99	200
	1991	34 032	90	378
	1992	27 736	84	330
	1993	32 981	97	340
Marionetas	1989	1 592	25	64
	1990	7 676	39	197
	1991	6 488	47	138
	1992	3 303	11	300
	1993	4 551	15	303
Outros	1989	10 629	23	462
	1990	5 814	11	529
	1991	3 080	5	616
	1992	3 754	8	469
	1993	565	1	565

(Fonte: documentação oficial do Auditório de Carlos Alberto)

5. FACTORES E ACTORES DE QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE URBANO

Se a nossa opção foi correcta e a argumentação convincente, teremos conseguido avançar um pouco na elucidação de algumas relações entre agentes culturais e respectivos públicos, do ponto de vista das lógicas e das iniciativas de fidelização e alargamento gradual das procuras, a partir daquelas que – efectiva ou virtualmente, ocasional ou regularmente, de forma difusa ou diri-

gida – lhes servem de primeira ou mais próxima audiência. Identificar, conhecer e caracterizar estes públicos, perceber as suas capacidades e zonas de crescimento, e procurar, de certa maneira, institucionalizá-los, estabelecer com eles uma rotina e uma ligação afectiva – eis modos de aproximação, da banda dos promotores culturais, que documentámos, usando sobretudo o exemplo bem sucedido de Serralves, e almejando, por essa via, mostrar analiticamente como se tecem laços entre o panorama das transformações na composição social das populações urbanas e as dinâmicas efectivas de reforço e consolidação das procuras culturais.

Não esgotámos, decerto, as variáveis pertinentes. Basta recordar que não tivemos em conta nenhuma modalidade de relação entre custos, preços e rendimentos. O material empírico serve, insistamos, fins ilustrativos, e não reclama nenhuma exaustividade ou representatividade. Mas teremos eventualmente relevado uma das dimensões dos processos de ajustamento recíproco entre criadores/produtores e seus públicos.

Agora: já defendemos ser indispensável aquilatar do tipo de ambiente sócio-cultural existente em cada centro urbano, para entender as oportunidades e potencialidades locais de realização de mercados e ajustamento entre ofertas e procuras. Importa, por isso, elucidar, nos casos empíricos que nos servem de apoio e ilustração, as acções empreendidas por agentes culturais para qualificar o ambiente – o que passa, crucialmente, pela sua afirmação como protagonistas dessa qualificação e desse ambiente qualificado. Em que condições, com que objectivos e com que efeitos é que agentes locais, de vária natureza e função – promotores empresariais, instituições ou agrupamentos associativos, criadores, produtores ou difusores...—, procuraram tornar-se *factores e actores* de uma renovada cena cultural local? Factores, no sentido de construtores; actores, no sentido de protagonistas; cena, no sentido de ambiente ou clima; local, no sentido de integração da actividade e do activismo cultural na estratégia mais global de qualificação e promoção de cidades intermédias, cujo desenvolvimento e atractividade dependem crescentemente da assunção de projectos de cidade por parte dos múltiplos intervenientes no espaço urbano – num esforço que, como lembram João Ferrão, E. Brito Henriques e A. Oliveira das Neves (1994: 1138), requer, «para ser verdadeiramente eficaz, [...] visibilidade externa».

Já não deveria ser altura de retornar ao que designámos por serviços culturais estruturantes: equipamentos, organizações e actividades, como museus e bibliotecas públicas, cuja função primeira é criar e manter uma rede básica na vida cultural de certos territórios. Acontece, porém, como mostrámos na secção própria, que a debilidade do conjunto das cidades consideradas, e apesar de projectos em curso de que é legítimo esperar efeitos a médio prazo, condiciona toda a acção cultural – quer, como será compreensível, a dos organis-

mos e autoridades públicas, em particular se autárquicas, quer mesmo a dos criadores e profissionais de cultura propriamente ditos. Estes constituem parceiros incontornáveis daqueles organismos e autoridades, para o duplo trabalho de estabilização de alguma oferta cultural regular e de formação de públicos locais, designadamente jovens, através, sobretudo, da ligação com as escolas secundárias e (com menor intensidade aparente) superiores, e ainda, mais lateralmente, com associações e colectividades de bairro. Ao mesmo tempo, assegurar funções de pedagogia artística e animação local serve de principal razão para a obtenção regular de apoios públicos, da administração central e das câmaras municipais. Tais apoios costumam ser, cumulativamente, de natureza logística (mormente, por cedência de equipamentos), técnica e financeira. Se são importantes para o caso de agrupamentos culturais amadores, como os cineclubes ou as associações de fotografia, de escritores ou de estudiosos, são indispensáveis para os profissionais, quer na música clássica quer no teatro, já que nenhum grupo destes tem conseguido sobreviver em condições de mercado.

Vejamus a música. Segundo os dados fornecidos pelo Departamento do Ensino Secundário do Ministério da Educação, para o ano lectivo de 1993-94, três das cinco cidades dispõem de escolas especializadas em ensino da música: pública em Braga, privadas em Viana do Castelo e Vila Real. Sabemos também que a escassa promoção de espectáculos musicais de qualidade suscita procura efectiva local. Não surpreende, pois, que o grande projecto de acção cultural na área, em marcha desde 1993, actue pelo lado da oferta: a Orquestra do Norte.

Tratava-se, aliás, na origem de um projecto nacional, lançado pela Secretaria de Estado da Cultura. Pretendia-se criar várias orquestras regionais, em parceria com as autarquias, e segundo um processo de financiamento que incumbia o Estado central da maior parcela nos anos de arranque, para diminuí-la na medida em que aumentasse a das câmaras, até à plena responsabilização destas. O modelo revelou-se inexequível, e o grupo de autarquias e outras instituições locais participantes na Associação Norte Cultural, que geria a Orquestra do Norte, foi oscilando, assim como o nível de empenhamento. Nesse grupo se incluem, ou incluíram, Chaves, Bragança e Vila Real. À data em que escrevemos (Fevereiro de 1996), a Orquestra procura resolver o défice que foi acumulando e renegociar os termos de colaboração com o agora Ministério da Cultura. Mas o ponto que interessa relevar, aqui, é que a sua breve existência e a actual renegociação tomam por base actividades de descentralização, itinerância e pedagogia cultural.

É análogo o caso modal no teatro. Das companhias profissionais, só a de Braga pode, por virtude da dimensão urbana e do grande apoio municipal, defender, como já vimos, a prevalência de critérios artísticos na delimitação do

público-alvo. Todas as outras valorizam objectivos de pedagogia e animação, associados a práticas de itinerância. É uma orientação muito clara no Filandorra, sediado em quatro municípios, Vila Real, Torre de Moncorvo, Lamego e Mirandela; no Teatro em Movimento, que, a partir de Bragança, privilegia o nordeste transmontano; no Teatro Experimental Flaviense, para a região entre Vila Real e Chaves; e na Companhia do Teatro do Noroeste, para o distrito de Viana do Castelo.

Para estes profissionais, da música ou do teatro, que, a título de difusores e intérpretes, intermediam localmente a disponibilização pública de obras, a missão das suas organizações e a justificação da sua centralidade, quer do ponto de vista do ambiente e dos interlocutores concelhios quer do ponto de vista da relação com a administração central, decorrem da compatibilização entre fins de criação/realização artística [a «qualidade» intrínseca das obras que (re)criam] e fins de difusão, educação e promoção (os públicos a que chegam e cuja relação com a cultura pretendem enquadrar e enriquecer). Nos projectos culturais que assumem, os objectivos de democratização do acesso público a bens culturais, reforçados por formas e motivos de encontro entre públicos e bens mais atentos aos primeiros, tendem a equivaler, senão os sobrelevam mesmo, aos objectivos endodeterminados da criação estética. Alguns agentes questionam esta opção, assinalando o risco de desqualificação cultural do seu trabalho. Já depois de concluída a nossa investigação, as companhias de teatro de Braga e de Viana do Castelo aproximaram-se; será interessante notar como se combinam dois projectos que nos pareceram relativamente contrastantes, nesta ponderação dos valores estéticos e dos valores da acção descentralizadora.

Mas o clima geral não oferecia dúvidas acerca da importância dos últimos valores para o conjunto dos intervenientes e do modo como se posicionavam no combate às assimetrias e na pedagogia cultural, justificando por aí uma relação privilegiada com os poderes autárquicos. Aliás, o início, nuns casos, e a revitalização, noutros, da sua actividade estiveram directamente associados a programas de descentralização cultural assumidos pelas autoridades governamentais: os fins dos anos 70 e princípios dos anos 80, por um lado, e, pelo outro, os fins dos anos 80, para o teatro (com o projecto de criação de companhias em cada distrito e, depois, a quase imposição do financiamento autárquico às existentes); o princípio dos anos 90 para a música clássica, com o já referido processo das orquestras regionais. Sempre que, na política cultural nacional e, designadamente, na política de financiamento estatal, os critérios de apreciação ou reconhecimento estético parecem prevalecer sobre os critérios de equilíbrio regional e fomento da descentralização, os agentes culturais sediados, consoante o caso, fora de Lisboa ou fora de Lisboa e Porto, protestam veementemente – e com particular ruído no teatro.

O problema, entretanto, não se esgota nesta dimensão. Não são apenas os intuitos de descentralização que contam, são também os intuitos de protagonismo em territórios culturais. A companhia teatral que promove espectáculos pelas localidades, apoia os grupos amadores, dedica especial atenção às escolas, e reclama que esse seja um parâmetro crucial na avaliação do seu valor e utilidade pública, não abandona por isso a vontade de se inserir num ambiente cultural e urbano que pretende, a seu modo, exprimir, qualificar e influenciar. O Teatro de Braga quer também falar de temas universais e quer ecoar as questões do crescimento da cidade, no seu registo próprio, como os grupos juvenis de *rock* fizeram na passagem entre as décadas de 80 e 90; e quer, assim, constituir um protagonismo e uma liderança cultural. O mesmo se passa, *mutatis mutandis*, com o Teatro do Noroeste e outros grupos. Por outro lado, não são apenas as vontades dos activistas e os apoios públicos que determinam o sucesso ou insucesso destas operações culturais, mas também as condições objectivas que encontram e o modo como lidam com elas.

Para ilustrar essa relação entre o activista cultural e o ambiente urbano, e aperceber, nesse outro plano, as vias de aproximação entre agentes e públicos da cultura, vale a pena encarar com mais minúcia a história de outras instituições – em cuja origem se encontram também opções nacionais em política cultural. Falamos dos centros culturais regionais, mais uma iniciativa dos últimos anos 70, que procurava criar pólos fora de Lisboa e Porto a partir das associações. Duas das cidades aqui retidas beneficiaram dessa dinâmica. O Centro Cultural Regional de Vila Real e o Centro Cultural do Alto Minho foram fundados em 1979, sob a forma de cooperativas, com sócios individuais e sócios colectivos, sendo estes justamente associações e colectividades locais. Para realçar os processos de constituição de actores culturais *urbanos*, vale a pena escolher o Centro Cultural do Alto Minho.

Ele nasceu na sequência da realização do Primeiro Encontro de Associações Culturais do Distrito de Viana do Castelo. E respeitou, nos anos de arranque, a vocação federativa original, assegurando funções de alguma representação institucional, mediação na relação com os poderes públicos e apoio técnico, material e logístico ao movimento associativo local. A promoção de populações carenciadas em múltiplos domínios sociais, o estímulo da participação popular em projectos colectivos e a vinculação a práticas e bens culturais e lúdicos enraizados num meio acentuadamente rural cabiam no entendimento amplo de cultura e animação cultural, então seguido.

Ora, ao longo dos anos 80, a actividade e a postura do Centro Cultural do Alto Minho mudarão. Manterá, é certo, uma estrutura de apoio a colectividades da região. Mas o seu estilo e o seu campo principal de actuação alterar-se-ão. A escassez de meios, materiais e humanos, consequência da precaridade da articulação aos serviços e programas da Secretaria de Estado da Cultura,

designadamente no que toca a financiamentos, obriga a reduzir o volume dos apoios prestados e a corrigir, assim, a vocação federativa original. O associativismo local vai fechando o ciclo aberto em 1974 e reequacionando os seus objectos e métodos de intervenção. Finalmente, crescem os riscos de a relação entre o Centro e os seus cooperantes colectivos gerar uma dependência recíproca que dificultaria a afirmação de interesses e iniciativas culturais, em sentido mais estrito e de maior conteúdo urbano, quando é manifesta a profunda debilidade da cidade de Viana do Castelo nessa área.

Gradualmente, opera-se uma agulhagem nas actividades e na imagem pública do Centro Cultural. Passa a afirmar-se mais como uma instância *produtora*, um núcleo de activistas com projectos próprios; passa a referir-se mais ao campo da cultura erudita; e passa a dirigir-se mais ao espaço urbano em que tem sede.

Vão surgindo, redefinindo-se ou desenvolvendo-se, consoante os casos, departamentos internos, as «Oficinas», que agrupam pessoas em função de afinidades de interesse e realizam o trabalho de maior continuidade e maior impacto público. A oficina de cinema e audiovisuais funcionará sobretudo como um cineclube. A Barca d'Artes é a galeria de arte do Centro. A oficina de teatro preencherá o vazio deixado pelo regresso ao Porto do TEAR, uma companhia profissional que havia estado em Viana entre 1978 e 1982, e assegurará oferta de espectáculos, formação e animação teatral, ao mesmo tempo que preparará e desenvolverá o projecto de uma nova companhia profissional, justamente o Teatro do Noroeste. A oficina de literatura, depois de literatura e história, promoverá actividades editoriais e de encontro público ao redor do livro e da leitura. E cria-se uma oficina de fotografia.

Forma-se assim, ao longo dos anos 80, um *operador cultural urbano*, garantindo uma oferta mínima de bens e serviços de cultura e lazer, norteado por preocupações de qualidade estética e procurando propiciar não só possibilidades de consumo e recepção como também de participação na produção cultural. Conduzida por uma direcção onde avultam quadros intelectuais, técnicos e científicos, esta acção cultural pretende configurar-se como alternativa aos padrões de dominação cultural das indústrias do lazer e do consumo de massas. Mas, face à extrema carência da cidade, torna-se bem depressa na *única* oferta, ou na oferta mais consistente, ao dispor do público de Viana. É o Centro Cultural do Alto Minho que mantém uma galeria de arte, que promove cinema de qualidade, que edita, que organiza feiras do livro, que alberga experiências criativas, que procura consolidar o teatro.

E, todavia, não deixa de se encontrar numa posição de isolamento e debilidade. Isolamento, primeiro, face à cidade e aos seus poderes: foi lenta e limitada, tanto quanto podemos apreciá-la, a conquista e fidelização de um público, em particular para as oficinas mais vinculadas à arte, à literatura e à

Ora, também do ponto de vista da motivação de procuras culturais e da qualificação de ambientes sócio-culturais, vale a pena considerar as iniciativas de sensibilização e mobilização de opiniões públicas – e, mesmo, de formação ou reanimação de opiniões públicas – em torno de questões patrimoniais.

No caso das cidades retidas neste trabalho, faz sentido aludir à actividade do Forum Nordeste, uma associação cívica de intervenção regional, nascida em Bragança, em 1990, e relacionada com o processo de instalação do Instituto Politécnico de que já falámos na segunda secção. A sua acção ganhou projecção nacional, em 1994, quando liderou a contestação às obras de remodelação do Museu do Abade de Baçal, as quais, na sua perspectiva, descaracterizavam o edifício. Não obstante, e de acordo com o método aqui seguido, propomos olhar com minúcia um exemplo de maior espessura temporal.

Braga é uma cidade com história. No subsolo de uma vasta área do seu actual espaço urbano, encontram-se as ruínas de Bracara Augusta, a cidade romana fundada por Augusto. Bracara Augusta foi sede do Conventus Bracaraugustanus, um território que corresponderia, hoje, a parte substancial da região do Minho; e tornou-se capital da Galaecia, que incluía todo o Noroeste da Hispânia. No decurso da Idade Média, Braga transformar-se-ia num importante centro religioso, sede de arcebispado. Sobre as ruínas da cidade romana, edifica-se a Braga medieval. Esta viria a sofrer várias destruições ao longo do século XIX, mas aquela manter-se-ia soterrada, em áreas adjacentes à cidade oitocentista, ocupadas com quintais.

O crescimento urbano de Braga acelera-se a partir dos anos 50 e 60 do século XX, com novos planos de urbanização e a expansão da construção civil e da promoção imobiliária. Os terrenos onde estavam sepultadas as ruínas romanas são invadidos e devassados. Na imprensa local, algumas vezes se erguem, pedindo a protecção do património arqueológico. As destruições sucedem-se. Em 1973, surge a primeira iniciativa legal de protecção, mas é ignorada pelas autoridades municipais.

No novo contexto de expressão e mobilização pública aberto pela revolução democrática portuguesa, um conjunto de cidadãos movimenta-se no sentido de sensibilizar a opinião pública e o Governo sobre a urgência do salvamento de Bracara Augusta. Em 1976, constitui-se uma Comissão de Defesa e Estudo do Património (CODEP). A Universidade do Minho participa activamente. E, na sequência desta campanha de alerta e sensibilização, é fundado o Campo Arqueológico de Braga, delimitando-se áreas interditas à edificação. No ano seguinte, a gestão do Campo transita para a Universidade, que cria, então, a sua Unidade de Arqueologia (cfr. M. Delgado, M. Martins, F. S. Lemos, 1989: 4-8). Da CODEP nasce a Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, ASPA, que congrega gente de Braga e do Porto e pretende ter uma dimensão regional.

Num quadro marcado pelo crescimento urbano e a democratização do poder local, a cidade de Braga vê, assim, exprimirem-se, no seu espaço público, vozes académicas e cívicas que pensam criticamente tal crescimento e o papel desempenhado, nele, pelas autoridades municipais.

A ASPA merece uma referência particular. Desenvolve uma intervenção culturalmente qualificada, conduzida por investigadores, arquitectos, professores. Participa nas iniciativas de constituição de uma rede regional e nacional de associações congéneres. Combina preocupações de divulgação e educação pública: ao longo dos anos 80, mantém uma revista científica, orienta pesquisas e operações de salvaguarda patrimonial, organiza exposições, promove visitas guiadas, apostando na formação de uma consciência patrimonialista local. Actua agressivamente, utilizando com eficácia a imprensa e denunciando com veemência o que julga ser atropelo à preservação do património histórico e cultural da cidade. Na sua obediência a um pensamento estritamente patrimonialista, enuncia um princípio de orientação distinto do que enforma a política urbanística e cultural municipal; e coloca-se sistematicamente numa posição de vigilância crítica sobre a actuação, nesta matéria, dos serviços da Câmara e da Secretaria de Estado da Cultura.

Não surpreende que venha a emergir, neste decurso, uma conflitualidade propriamente política. Desde 1988, prepara-se uma clarificação de que resultará a constituição, em 1993, do Movimento Arco-Íris, com objectivos de intervenção política local, em que marcam presença professores, posicionado em contraponto à liderança autárquica. Do seu lado, a ASPA sofreu uma erosão que foi, em parte, comum a outras associações congéneres e passou, nos finais da década de 80, por nítido apagamento. Tentou, ao mesmo tempo, redefinir-se num terreno mais cultural do que político, alargando os seus interesses, primeiro, para todo o património histórico da cidade e da sua região e, mais recentemente, também para o património natural e a defesa do ambiente. A Universidade do Minho foi consolidando o seu enraizamento no tecido social urbano, designadamente através da actividade das suas Unidades Culturais – e, entre estas, da Unidade de Arqueologia. Finalmente, as orientações estratégicas no sentido de preservar e valorizar a herança e a configuração histórica da cidade foram abrindo caminho nos círculos políticos locais; e o programa nacional de revitalização dos centros históricos veio reforçá-las. Na segunda metade dos anos 80, a Câmara Municipal criava estruturas próprias de intervenção no centro histórico de Braga e, em 1991, instalava o seu Gabinete de Arqueologia.

Braga é uma cidade em crescimento forte (Quadro 1). É também uma cidade histórica. A vivacidade das discussões cívicas, ao longo de duas décadas, e a actuação de associações e outros grupos que procuraram protagonizar a defesa do património citadino e liderar movimentos de opinião mantiveram

em aberto a questão do ordenamento desse crescimento e da função, nele, do património e estruturação histórica da cidade. Com todas as suas vicissitudes, esta percepção da cidade como uma espécie de motivo, ou tópico, de discurso e acção cultural e a animação ou mobilização que suscitou não deixa de constituir uma modalidade de aproximação entre agentes e bens culturais, de um lado, e públicos e colectividades, do outro.

7. FECHO

Não esqueçamos as indicações dos modelos de análise e interpretação, propostos em sede da economia e da sociologia, sobre as relações entre dinâmicas de oferta e dinâmicas de procura de bens culturais. Tenhamos sempre presentes os resultados convergentes de vários inquéritos sobre as práticas culturais das populações. Examinemos as orientações políticas e os debates públicos sobre políticas culturais. Conservemos em mente o panorama global que daí decorre, claramente marcado por múltiplas carências e debilidades estruturais. Assim armados, recusemos autorizar declarações apressadas sobre o que tem mudado e as promessas contidas no que tem mudado.

Mas avancemos ainda um pouco. Fixemos uma qualquer realidade empírica, só para poder accionar os protocolos de validação que as nossas ciências utilizam. Escolhamos cinco pequenas cidades, que cumprem funções de intermediação, e comparêmo-las, quando for preciso, com a sua capital regional. E tentemos perceber, com alguma minúcia, o que se tem passado nelas: as condições estruturais e as dinâmicas de acção cultural.

O resultado parece claro. Se há traço que marca a relação entre agentes culturais e públicos para a cultura – o lado da questão que aqui nos interessou –, é a complexidade. O objectivo deste ensaio foi ilustrá-lo. Por isso foi problematizador, mais do que assertivo. Mas, bem entendido, ganharíamos em explorar essa complexidade, quer do ponto de vista da compreensão sociológica quer do ponto de vista da própria acção cultural.

Porto, Fevereiro de 1996

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1994: *Inquérito aos Utilizadores*, Porto.
CONDE, Idalina 1995: *O(s) Público(s) de Serralves*, 2 vols., s/l., Fundação de Serralves/
CIES – Centro de Investigações e Estudos de Sociologia do ISCTE.

-
- DELGADO, Manuela, MARTINS, Manuela e Lemos, Francisco Sande 1989: *Dossier-Salvamento de Bracara Augusta (1976-1989)*, Separata de *Forum*, nº 6, Braga.
- ESCALEIRA, José 1992a: «A propósito do público de “Amor de Perlimplim com Belisa em seu Jardim”», *Textos do Noroeste*, nº 2: 7-11.
- ESCALEIRA, José 1992b: «“Arraial em números”», *Textos do Noroeste*, nº 3-4: 35-38.
- ESCALEIRA, José 1993: «Frei Luís de Sousa. Inquéritos aos espectadores», *Textos do Noroeste*, nº 5: 21-14.
- FERRÃO, João, HENRIQUES, Eduardo Brito e NEVES, António Oliveira das 1994: «Repensar as cidades de média dimensão», *Análise Social*, 129: 1123-1147.
- FORTUNA, Carlos «As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais», in M. Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Cultura & Economia. Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: 209-229.
- GAMBONI, Dario 1992: «L’iconoclasme contemporain: agressions physiques contre les oeuvres d’art et perception artistique», in Idalina Conde (coord.), *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, Acarte/Fundação Gulbenkian: 35-44.
- MONTEIRO, Paulo Filipe 1994: «Os públicos dos teatros de Lisboa: primeiras hipóteses», *Análise Social*, nº 129: 1229-1244.
- PAIS, José Machado (coord.), 1994: *Práticas Culturais dos Lisboaetas. Resultados do Inquérito Realizado em 1994 aos Habitantes da Grande Lisboa*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- PINTO, José Madureira 1995: «Intervenção cultural em espaços públicos», in M. Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Cultura & Economia. Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: 191-207.
- SALGUEIRO, Teresa Barata 1992: *A Cidade em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Helena 1994: «Dinamizações a partir das margens? Observações sobre participação sócio-cultural, a partir de algumas “produções culturais”», in Vários, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia: 677-682.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos e Conde, Idalina 1990, «Mecenato cultural de empresa em Portugal», *Análise Social*, nº 107: 375-439.
- SCHMIDT, Luísa 1993: *A Procura e a Oferta Cultural e os Jovens*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude.
- SILVA, Augusto Santos 1988: *Condições Sociais e Institucionais e Perspectivas de Sucesso de Projectos para a Promoção Sociocultural: o Centro Regional de Artes Tradicionais, como Caso*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais.
- SILVA, Augusto Santos 1994: «O jogo indeciso entre símbolos, práticas e políticas culturais», in Vários, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia: 683-721.
- SILVA, Augusto Santos 1995: «Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas», in M. Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Cultura & Economia. Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: 253-270.
- SILVA, Augusto Santos e Santos, Helena 1995: *Prática e Representação das Culturas: um Inquérito na Área Metropolitana do Porto*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais.
-

